Comunicados do Ipea

Nº 151

Os Desafios do Desenvolvimento Sustentável para a América Latina na Rio+20

20 de junho de 2012

ipea
Por um Brasil desenvolvido

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro Wellington Moreira Franco

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta
Vanessa Petrelli Corrêa

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Geová Parente Farias

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Luciana Acioly da Silva

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
Cláudio Roberto Amitrano

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Francisco de Assis Costa

Diretor de Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura
Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais
Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete
Fábio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação
Daniel Castro

URL: http://www.ipea.gov.br
Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria

Comunicados do Ipea

Os *Comunicados do Ipea* têm por objetivo antecipar estudos e pesquisas mais amplas conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com uma comunicação sintética e objetiva e sem a pretensão de encerrar o debate sobre os temas que aborda, mas motivá-lo. Em geral, são sucedidos por notas técnicas, textos para discussão, livros e demais publicações.

Os *Comunicados* são elaborados pela assessoria técnica da Presidência do Instituto e por técnicos de planejamento e pesquisa de todas as diretorias do **Ipea**.

Desde 2007, mais de cem técnicos participaram da produção e divulgação de tais documentos, sobre os mais variados temas. A partir do número 40, eles deixam de ser *Comunicados* da Presidência e passam a se chamar *Comunicados do Ipea*. A nova denominação sintetiza todo o processo produtivo desses estudos e sua institucionalização em todas as diretorias e áreas técnicas do **Ipea**.

Introdução[1]

Este comunicado foi elaborado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (CEPAL) em conjunto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para contribuir com as discussões sobre desenvolvimento sustentável que estão ocorrendo na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Neste sentido, este comunicado foi elaborado levando-se em consideração os documentos *A Sustentabilidade do desenvolvimento após 20 anos da cúpula da terra: avanços, brechas e lineamentos estratégicos para a América Latina e o Caribe*[2], o qual foi elaborado conjuntamente por organismos, fundos e programas das Nações Unidas que atuam na América Latina e no Caribe, com a coordenação da CEPAL, e o estudo *A Hora da igualdade: brechas por cerrar, caminhos por abrir*[3], apresentado pela CEPAL, em seu Trigésimo Terceiro Período de Sessões em Brasília no ano de 2010.

Além disto, as instituições CEPAL e Ipea consideraram também a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), o Programa 21 (1992), a Plataforma de Ação do Rio de Janeiro em relação a Johanesburgo (2001), o Plano de Aplicação das Decisões de Johanesburgo (2002), o Programa de Ação para o desenvolvimento sustentável dos pequenos estados insulares em desenvolvimento (2005) e os compromissos de cooperação internacional relacionados ao oitavo Objetivo de Desenvolvimento do Milênio.

Portanto, a finalidade deste comunicado é sistematizar as discussões sobre estratégias de desenvolvimento sustentável para a América Latina, levando-se em consideração os aspectos econômicos, sociais e ambientais que tais estratégias acarretam para o desenvolvimento de uma região que se caracteriza por ser periférica aos países centrais do capitalismo mundial.

Para tanto, o comunicado se estrutura em três seções. Na primeira seção faz-se um exame sobre a América Latina e Caribe, contextualizando o debate em relação à

---

[1] Este comunicado é uma elaboração conjunta entre a Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe e o Ipea. Contribuíram para o documento a Diretoria da Cepal no Brasil, a Assessoria Técnica da Presidência do Ipea, a DIretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Ipea e a Assessoria de Comunicação do Ipea.
[2] LC/L.3346.
[3] LC/G.2432(SES.33/3)

Conferência Rio+ 20. Já na segunda seção do documento, o objetivo é realizar um diagnóstico da região para o período de 1992 a 2010, analisando a estratégia de desenvolvimento sustentável com base em uma visão integrada entre os aspectos sociais, econômicos e ambientais. Por fim, a última seção do estudo apresenta as observações e considerações das instituições sobre o tema do desenvolvimento sustentável.

1. AMÉRICA LATINA E CARIBE EM RELAÇÃO À RIO+20

A aceitação, por parte da comunidade internacional, do conceito de desenvolvimento sustentável divulgado na Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento foi uma grande vitória da Cúpula da Terra em 1992, embora o esforço global para se atingir um desenvolvimento sustentável ainda não tenha sido suficiente para incorporá-lo às estratégias e políticas de desenvolvimento socioeconômico.

De acordo com a Resolução 64/236 da Assembleia Geral das Nações Unidas, o objetivo da Rio+20 é assegurar um renovado compromisso político com o desenvolvimento sustentável, avaliando os avanços alcançados até o momento e as lacunas que ainda persistem na aplicação dos resultados das principais cúpulas na esfera do desenvolvimento sustentável, assim como os novos desafios e emergentes. Neste marco, os Estados-membros concordaram em desenvolver os seguintes temas para a conferência: a) uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza e b) o marco institucional para o desenvolvimento sustentável.

No que se refere à economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, entende-se que é preciso compatibilizar o compromisso com o meio ambiente e o compromisso com a luta incessante contra a pobreza e a desigualdade mediante o crescimento econômico, a transformação produtiva com progresso técnico, o emprego com qualidade e as políticas sociais de seguridade social.

Neste entendimento e com base no princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, a comunidade internacional reconhece a responsabilidade histórica dos países desenvolvidos na geração das angustiantes condições do meio ambiente mundial. Diante desse panorama,

a Rio+20 deveria entregar-se à busca de um novo paradigma mundial de produção e consumo.

Não se alcançou ainda a mudança necessária no modelo de desenvolvimento que permita avançar de forma simultânea e integrada nos pilares social, econômico e ambiental do desenvolvimento, tanto a nível global como na América Latina e no Caribe. Verifica-se a convergência nos países da região em torno da valorização e da necessidade de reforçar os compromissos assumidos na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1992) e na Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (2002), bem como a convergência em torno da ideia de que a grande missão pendente é aperfeiçoar e fortalecer os instrumentos que tornem mais efetivos os resultados de ambas as cúpulas.

Em nível global, as dificuldades para concluir a Rodada de Doha de negociações comerciais, o fato de que não tenha sido concretizada uma liderança entre os países desenvolvidos no que diz respeito à redução das emissões de CO_2 e o não cumprimento dos compromissos de assistência oficial para o desenvolvimento são algumas das manifestações do atraso no tocante às condições relativas à sustentabilidade e ao respeito do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

Os países da região esperam que as economias avançadas façam um esforço mais intenso e ajustado do que o realizado no passado, para que o atual modelo global insustentável de produção e consumo seja substituído por um modelo compatível com os assentamentos humanos sustentáveis e com a conservação dos territórios naturais, a biodiversidade e a estabilidade climática.

Desde 1992 vem sendo ampliada, progressivamente nos Estados e sociedades da região, as expressões do compromisso com o desenvolvimento sustentável e da responsabilidade com o bem-estar das gerações atuais e futuras. Os países têm investido em políticas, instituições, legislação, desenvolvimento de capacitações e conhecimento, o que demonstra a determinação em avançar no desenvolvimento sustentável por interesse, motivação e impulso próprio. Trata-se de um processo em que os países têm avançado de distintas formas, segundo suas realidades, prioridades, valores, tradições e culturas, em que os campos prioritários de ação em matéria de sustentabilidade ambiental têm sido implementados por meio da determinação e do esforço próprios de cada sociedade e de seus governos.

O não cumprimento pelos países desenvolvidos do compromisso de financiamento e cooperação em matéria científica e tecnológica, produto dos acordos

internacionais, constitui um forte fator limitador dos esforços nacionais direcionados ao desenvolvimento sustentável, sobretudo nos países da região, os quais ainda se encontram em estado muito atrasado de desenvolvimento socioeconômico.

É urgente estabelecer uma aliança global para o desenvolvimento sustentável. Neste contexto, reitera-se a necessidade de que os países desenvolvidos cumpram o compromisso já histórico de destinar 0,7% da renda nacional bruta (PIB) à assistência oficial para o desenvolvimento, bem como os demais acordos alcançados na Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento, realizada em Monterrey (México), em 2002. A alocação dos recursos da assistência ao desenvolvimento tradicional deve diferenciar-se claramente daqueles recursos destinados a enfrentar os males públicos globais, como a mudança climática, os quais devem ser novos e adicionais. Devido ao tamanho dos desafios do desenvolvimento sustentável, é preciso aplicar mecanismos de financiamentos inovadores, tais como os impostos globais sobre as transações financeiras internacionais e sobre as emissões de carbono, para gerar novos fluxos de renda pública.

Estabelecer uma aliança global para o desenvolvimento sustentável também requer uma distribuição equitativa dos avanços científicos e tecnológicos. Todavia, os países da região ainda demonstram um acesso reservado ou imperfeito, fruto em grande medida das restrições impostas pelos acordos internacionais de propriedade intelectual. É imprescindível iniciar um debate político global para resolver o paradoxo de que estes direitos incentivam a inovação embora restrinjam o uso e a difusão de seus benefícios. Tal como ocorre no âmbito da saúde e o acesso aos medicamentos, deve-se fortalecer a capacidade de negociar a flexibilização dos regimes de propriedade intelectual para assegurar a transferência de tecnologias limpas.

No marco de uma aliança global para o desenvolvimento sustentável, o tema energético é inevitável. Duas questões fundamentais na relação entre energia e desenvolvimento sustentável são o maior acesso da população aos serviços energéticos e o alcance de metas nacionais e globais do desenvolvimento_ a redução da pobreza e a proteção ambiental. Um grande número de famílias ainda não pode acessar combustíveis modernos para cozinhar e, quando consegue, paga por isto uma proporção desmedida de sua renda, o que acentua a inequidade social no mundo e na região. Em comparação com a contribuição dos setores de maiores rendas às emissões de gases de efeito estufa, a eliminação da pobreza energética teria um efeito marginal nas emissões, dada a baixa participação dos setores mais pobres no consumo energético total. Por

outro lado, a escala da atividade econômica global e suas perspectivas de crescimento exigem uma melhora radical da intensidade energética.

O recente ciclo de prosperidade na região tem-se baseado no aumento da demanda mundial por produtos intensivos em recursos naturais. Trata-se de um modelo de desenvolvimento que, como têm demonstrado vários séculos da história regional, não pode ficar sob o livre jogo das forças de mercado, porque se mostra ineficaz em termos de produção e difusão do progresso técnico e de geração de emprego; além de ser potencialmente muito agressivo com relação à conservação dos ecossistemas e a biodiversidade. Por isso, é preciso contar com um marco geral para a governança dos recursos naturais com dois grandes desafios, segundo duas bases fundamentais. Em primeiro lugar, a premissa de manejar a exploração dos recursos naturais – na mineração, os hidrocarbonetos, a agroindústria e o setor pesqueiro e florestal, entre outros – com critérios de sustentabilidade, de maneira compatível com a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Segundo, é necessário criar os mecanismos fiscais e os consensos políticos para que os Estados consigam, por um lado, captar as rendas extraordinárias e, por outro, canalizar essas economias para os investimentos em infraestrutura produtiva, recursos humanos, progresso social e outros investimentos de longo prazo.

Nessa aliança global, é imperativo prestar atenção, de maneira especial, à problemática dos pequenos Estados insulares do Caribe e suas características diferenciais, entre as quais estão populações e economias pequenas, a simultânea vulnerabilidade e importância econômica dos ecossistemas costeiros e marinhos, a fragilidade das fontes de recursos hídricos, um desafio maior em relação à gestão de resíduos sólidos e, sobretudo, a vulnerabilidade frente à mudança climática e aos desastres naturais.

2. DIAGNÓSTICO DO PERÍODO 1992-2010 E LINEAMENTOS DE UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE, COM BASE EM UMA VISÃO INTEGRADA DOS PILARES SOCIAL, ECONÔMICO E AMBIENTAL

A situação da América Latina e do Caribe é muito distinta da que imperava na época da Cúpula para a Terra de 1992, quando a região estava saindo de uma “década perdida”, isto é, de baixo crescimento, alta inflação e demais restrições relacionadas ao

endividamento externo. É distinta, também, daquela que predominava na época da Cúpula de Johanesburgo (2002), quando a região saía de uma década de reformas que haviam debilitado as estruturas governamentais e enfrentava novas crises econômicas. Apesar da recente crise econômica mundial, a região completa quase uma década de crescimento relativamente elevado, a inflação está controlada em quase todos os países e, em geral, há condições de estabilidade macroeconômica.

A situação econômica, combinada com uma nova geração de políticas sociais, tem permitido reduzir os índices de pobreza em um grande número de países. Alguns começaram a fortalecer suas políticas de desenvolvimento produtivo e a intensificar esforços de inovação, ciência e tecnologia, bem como a retomar o planejamento do desenvolvimento. Em grande parte da região ainda existe a oportunidade de aproveitar o aumento demográfico para tornar efetivos os investimentos na universalização do acesso a serviços básicos e educação de qualidade. A região está, por tanto, em melhores condições que antes para estabelecer as bases da mudança direcionada à sustentabilidade.

Apesar do panorama relativamente favorável, os países da América Latina e do Caribe continuam exibindo uma série de características típicas de países em desenvolvimento, isto é, altos níveis de pobreza e desigualdade, uma grande heterogeneidade da estrutura produtiva e social, economias baseadas em vantagens comparativas estáticas e sérias deficiências na questão de sustentabilidade ambiental.

Mesmo assim, os grandes desafios da região em matéria de desenvolvimento sustentável ainda são os velhos desafios, mas agravados pelos novos que são: erradicar a pobreza e eliminar desigualdades, deter a destruição dos ecossistemas que servem de habitat para a rica biodiversidade da região e fonte de renda para as pessoas, alcançar um desenvolvimento territorial (rural e urbano) que assegure a segurança humana e as necessidades econômicas dos cidadãos, e consolidar instituições que assegurem a melhoria contínua das políticas nas distintas esferas do desenvolvimento.

O desenvolvimento sustentável implica abordar, de forma simultânea e integral, os três pilares, a saber, o social, o econômico e o ambiental. A evolução da América Latina e do Caribe, desde 1992, nestes pilares, evidencia avanços e atrasos. A seguir são resumidos os principais pontos das três dimensões e são indicadas as grandes peculiaridades dos elementos estratégicos necessários para alcançar uma crescente solidez nestes três pilares. Ressalta-se que as propostas estão em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e com o documento *A hora da igualdade:*

brechas por cerrar, caminhos por abrir, apresentado pela CEPAL em seu Trigésimo Terceiro Período de Sessões.

Na esfera social, cabe destacar os seguintes pontos:

a) Registrou-se uma redução dos níveis de pobreza e indigência. Em 1990, 48% da população da região se encontravam em situação de pobreza; em 2010, este percentual havia reduzido para 32%. Ou seja, existem hoje aproximadamente 20 milhões a menos de pessoas em situação de pobreza do que há 20 anos. Todavia, os números continuam elevados. Aproximadamente 180 milhões de pessoas vivem em situação de pobreza na região. Não se reduziu significativamente a brecha com os países desenvolvidos. Apesar de ter melhorado o índice de desenvolvimento humano (IDH), graças aos avanços em seus três componentes (assistência escolar, expectativa de vida e renda por habitante), este continua inferior ao do conjunto de países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 1990.

b) A desigualdade diminuiu nos últimos 20 anos, embora a região continue sendo a mais desigual do mundo. As desigualdades se referem tanto aos níveis de renda como ao acesso a serviços públicos básicos, como educação de qualidade e boas condições de moradia.

c) Desde 1992, observam-se grandes progressos no acesso à água potável, ao saneamento e à energia; nos índices de mortalidade e em matéria de nutrição e segurança alimentar, apesar de preocupante retrocesso, devido às recentes crises globais. Não obstante, cresceu a quantidade de pessoas que vivem em moradias precárias e os sistemas de saúde continuam fragmentados e têm dificuldade para adaptar-se às mudanças das tendências epidemiológicas e demográficas.

d) A relação entre o acesso a serviços energéticos e o alcance das metas nacionais de desenvolvimento, a redução da pobreza e a proteção ambiental revelam que, apesar das elevadas taxas de urbanização alcançadas na região, quase 30 milhões de pessoas ainda carecem de energia elétrica, e destas, 21,4 milhões são pobres (73%). A ausência de serviços elétricos se relaciona de maneira direta com a pobreza, o qual é um elemento de maior inequidade, pois grande número de famílias ainda não têm acesso a combustíveis modernos para cozinhar os alimentos e, quando têm, pagam uma proporção desmedida de sua renda, o que acentua a inequidade social na região.

e) Foi registrado um aumento do gasto social e a tendência não foi alterada recentemente, graças ao que tem sido possível amortizar dos impactos da crise. Os programas de transferência de renda têm desempenhado um papel muito importante de

amenização, embora necessitem ser combinados com políticas produtivas de transformação estrutural que transfiram gradualmente a responsabilidade, passando da assistência ao emprego de qualidade.

4. Frente a esse quadro, a construção do pilar social significa:

a) Um ataque sustentável à pobreza, à miséria e à desigualdade, mediante a ampliação e a intensificação das políticas sociais (universais e focalizadas): políticas de transferência de renda e políticas de serviços públicos de qualidade (educação, saúde, transporte, energia elétrica e moradia).

b) Reforço das políticas de proteção social – de diminuição de riscos para a segurança humana, de aumento de qualidade de vida e igualação de oportunidades – por meio da ampliação de serviços básicos de baixo impacto ambiental líquido, como a provisão de melhores serviços básicos de água, saneamento, tratamento de águas residuais, o manejo de dejetos sólidos e a captura de metano, a construção de moradia social com materiais menos intensivos em emissões, o transporte público de qualidade e baixas emissões, infraestrutura para serviços universais de cuidado, entre outros.

c) A diminuição radical das causas e efeitos de uma atividade econômica descontrolada e da urbanização desordenada, que danam a integridade dos ecossistemas e, em consequência, a qualidade de vida dos mais pobres.

d) A implementação de reformas fiscais progressivas que permitam um aumento do gasto social. Em alguns países pode ser incluído o aumento da carga fiscal e, particularmente, a tributação sobre as rendas oferecidas pelo aumento dos preços dos produtos baseados nos recursos naturais.

e) A inclusão, nas reformas fiscais, de uma substituição da tributação sobre o consumo dos pobres e sobre a renda dos trabalhadores pela tributação sobre danos ambientais causados pela atividade econômica.

f) O reconhecimento de que o êxito dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio exige a sua incorporação como prioridade à política energética dos Estados com o objetivo de fornecer acesso à energia à população pobre a preços proporcionais à sua renda, e considerar que aumentar o acesso dos setores pobres a serviços energéticos de qualidade oferece uma oportunidade para introduzir tecnologias baixas em carbono e de alta eficiência energética, assim como fontes energéticas renováveis e descentralizadas, em zonas rurais de difícil acesso.

g) O reconhecimento de que, em comparação com a contribuição dos setores de maiores rendas às emissões de gases de efeito estufa, a eliminação da pobreza energética teria um efeito marginal nas emissões nacionais, dada à baixa participação dos setores mais pobres no consumo energético total. Tudo isto supõe uma mudança importante em relação à relevância que hoje se concede a esta problemática: há que passar da negligência à consciência ativa e, sobretudo, à expressão de uma clara vontade política de eliminar a pobreza energética como parte integral do êxito dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio.

5. Na esfera econômica, cabe destacar:

a) Na perspectiva macroeconômica, alcançou-se o controle da inflação, houve melhoras substantivas nos balanços fiscais e os volumes de exportações cresceram com grande velocidade, especialmente a partir de 2003, acumulando reservas. Todavia, ainda considerando o período recente, o crescimento do PIB da região foi relativamente baixo (3,2% anual no período de 1990 a 2010) e a taxa de investimento média se manteve reduzida, com marcadas variações dos fluxos internacionais de capitais e ausência de políticas anticíclicas.

b) A região ampliou a brecha da produtividade com os países desenvolvidos. Sua estrutura produtiva continua sumamente baseada em setores intensivos em recursos naturais e se constata uma “reprimarização”. Essa situação gera grande pressão sobre solos, recursos hídricos e atmosfera. Os setores manufatureiros continuam sendo de baixo valor agregado e persiste uma marcada heterogeneidade da produtividade nos distintos setores de atividade econômica, o que, juntamente com altos graus de concentração na propriedade, redunda em uma profunda heterogeneidade social.

c) A taxa de ocupação continuou próxima às oscilações do crescimento econômico, o que se traduziu na ampliação da taxa de desemprego aberto e a expansão do subemprego e um significativo aumento do emprego formal. Um movimento semelhante aconteceu com outros componentes fundamentais do mercado de trabalho. Em consonância com a piora da estrutura ocupacional no período 1990-2002 e com a recuperação posterior, os salários reduziram e depois se recuperaram, bem como os indicadores de qualidade de emprego (cobertura de sistema de previdência social, direito a férias remuneradas, ocupações com baixa renda, entre outros). O emprego se

recuperou rapidamente depois da crise econômica de 2008, com o qual a taxa de desemprego ficou em 7,6% em 2010; não obstante, a taxa de desemprego feminino equivalia a 1,4 vezes a masculina e o desemprego juvenil é três vezes maior que a taxa de desemprego total.

6. Frente a esse quadro, o papel do pilar econômico no desenvolvimento sustentável consiste, em última instância, em erradicar a pobreza e a miséria, mediante o processo de crescer para igualar e igualar para crescer, a médio e longo prazo, com base em:

a) Um ambiente macroeconômico onde se conciliem estabilidade e crescimento com igualdade, graças a um manejo adequado das variáveis monetária, fiscal e cambial, com o qual se evitem, por um lado, a volatilidade dos fluxos de capital externo e as oscilações cíclicas e, por outro, a falta de incentivo à diversificação produtiva por excesso de apreciação cambial.

b) Políticas ativas de estímulo à formação de capital, à inovação, à diversificação da estrutura produtiva e seu adensamento tecnológico e à convergência para os níveis de produtividade dos países desenvolvidos. O objetivo é estimular os encadeamentos produtivos, a fim de fazer frente à perigosa tendência à reprimarização das economias. Além disso, são necessárias políticas de homogeneização da produtividade pelo aumento de postos de trabalho de qualidade em uma proporção maior do que a expansão do emprego total, para absorver os trabalhadores desempregados nos segmentos modernos.

c) Fortalecimento da institucionalidade laboral – organização sindical, direitos trabalhistas avançados – que permita que os trabalhadores obtenham aumentos salariais e condições laborais que correspondam a seus direitos básicos de cidadão e a sua justa participação nos frutos do progresso técnico e no aumento da produtividade; políticas ativas do Estado para melhorar a qualidade do emprego e a capacidade de força de trabalho, políticas de salário mínimo e de apoio produtivo e proteção dos trabalhadores que estão hoje no setor informal; políticas que abordem a desigualdade no acesso ao trabalho com direitos entre homens e mulheres, adultos e jovens, bem como políticas que utilizem a transição voltada a uma economia sustentável para potencializar a criação de empregos de qualidade e contribuir para cerrar a brecha da inclusão social.

d) Regulamentação e políticas para a atividade econômica por critérios de sustentabilidade, como o custeio pleno, mediante: i) regulamentação restritiva e adoção de instrumentos fiscais que não incentivem a formação de capital e a produção em atividades econômicas que provocam dano à natureza; ii) uso de instrumentos fiscais e financeiros de incentivo a atividades, setores e opções tecnológicas com baixos impactos ambientais; iii) inclusão nas compras públicas do critério de sustentabilidade; iv) ampliação dos mecanismos de pagamento por serviços ecossistêmicos; e v) exigência de que as empresas proporcionem informes regulares sobre o impacto ambiental de suas atividades.

e) Políticas de fortalecimento das pequenas e médias empresas, pelo seu papel na competitividade sistêmica e na criação de postos de trabalho.

f) Intensificação da integração socioeconômica regional em relação à infraestrutura, às normas ambientais e medidas fiscais, para sua adequação ao modelo regional de desenvolvimento sustentável.

g) Aumento da cooperação internacional (financeira e tecnológica) e melhora das condições do comércio internacional, de acordo com os compromissos internacionais e as necessidades da região.

7. Na esfera ambiental, cabe destacar:

a) Fortalecimento das legislações e instituições privadas dedicadas ao tema ambiental, e instalação do desenvolvimento sustentável como conceito no contexto das políticas públicas; todavia, persistem as deficiências na coordenação transversal e na coerência das decisões e as políticas dentro do aparato público.

b) Houve queda de 10% na intensidade energética do PIB da região, bem como na intensidade das emissões de CO_2 por unidade de produto. Todavia, as medidas de emissão de CO_2 per capita baseadas na queima de combustíveis fósseis e na produção de cimento mostram um preocupante aumento, superior a 15% .

c) Duplicação da superfície total de áreas terrestres protegidas, que atualmente já chega a mais de 20% do território da região. Observa-se uma importante inflexão nas taxas de desmatamento nos últimos anos, embora este fenômeno seja registrado tomando como ponto de partida taxas de perda de bosques extraordinariamente elevadas em comparação com as globais. A imensa biodiversidade

da América Latina e do Caribe está se perdendo ou está seriamente ameaçada pelas atividades humanas em quase toda a região.

d) As emissões de gases de efeito estufa baixaram de 13% para 12% do total mundial, embora continuem muito superiores à participação da região no PIB mundial (menos de 6%); excluídas as emissões por mudança do uso do solo (agricultura, desmatamento, entre outros), a participação da região cresceu de 7% a 8% do total mundial.

e) As emissões regionais de substâncias que esgotam a camada de ozônio baixaram de maneira constante ao se reduzirem em cerca de 90% entre 1990 e 2009, o que reflete os esforços realizados no marco do Protocolo de Montreal.

f) Apesar de importantes avanços, tanto por parte do setor público quando do privado, persistem grandes desafios no manejo de produtos químicos tóxicos e na gestão de dejetos, o que ameaça a segurança humana, especialmente nas áreas urbanas_ o uso de fertilizantes duplicou desde 1990.

g) Uma grande porcentagem das terras secas da região está sob intenso processo de desertificação.

h) A distribuição de água na região é muito desigual e sua disponibilidade está sujeita a numerosas pressões, para as quais ainda não há sistemas de manejo adequados.

i) O manejo de zonas costeiras ainda é insuficiente e 86% das águas residuais chegam sem tratamento a rios e oceanos.

j) Aproximadamente 80% da população vivem em cidades, cifra esta que aumenta no Cone Sul. Muitas das principais cidades latino-americanas e caribenhas enfrentam graves problemas de expansão urbana descontrolada e debilidade de planejamento.

k) A sobre-pesca e o esgotamento de reservas pesqueiras afetam toda a região.

l) A mudança climática representa um novo desafio ao desenvolvimento da região e agudiza a urgência das soluções dos problemas anteriores.

8. Como se sabe, as relações entre regulamentação da atividade econômica e a capacidade de enfrentar os desafios impostos para a conservação do patrimônio natural são variadas e complexas – associadas, por exemplo, às causas e efeitos da mudança climática, à conservação da diversidade biológica e dos bosques, à redução das

emissões de gases que esgotam a camada de ozônio, à luta contra a desertificação, a degradação das terras e a seca, à racionalização do uso dos recursos hídricos e à gestão ambiental racional dos produtos químicos tóxicos, entre outros.

9. Frente a esse quadro e a tudo o que foi descrito anteriormente em relação aos pilares social e econômico, o fortalecimento do pilar ambiental supõe, ademais da formulação de políticas setoriais apropriadas, a adoção ou a intensificação de políticas transversais no pilar econômico e social, tais como:

a) Tornar visíveis os custos ambientais e sociais das decisões econômicas para sua internalização e aperfeiçoamento dos mecanismos normativos, de mercado e institucionais de controle dos impactos ambientais negativos.

b) Buscar uma nova métrica de medição de bem-estar, da sustentabilidade e da qualidade do consumo. Solicitar a organizações multilaterais de estatística, em especial à Divisão de Estatística das Nações Unidas, quem despendam esforços no sentido do desenvolvimento de novos índices que, levando em consideração os três pilares do desenvolvimento sustentável, e focando especialmente na qualidade e racionalidade do consumo, possam medir a qualidade do desenvolvimento e das economias nacionais e globais.

c) Melhorar a capacidade de implementar e monitorar as políticas, pela via da informação e da participação, em conformidade com o Princípio 10 da Declaração do Rio, para que os encarregados pela tomada de decisões tenham à sua disposição as ferramentas e informações necessárias para comparar alternativas e, posteriormente, monitorar seus resultados, e para que o desenho de políticas de desenvolvimento e setoriais que integram de maneira efetiva os três pilares do desenvolvimento sustentável possa basear-se em estatísticas sólidas.

d) Desenvolver as capacidades para a sustentabilidade, mediante a destinação de mais recursos para a cooperação regional para a educação, a ciência e a tecnologia. É necessário reformar o currículo educacional para integrar a educação para o desenvolvimento sustentável em todos os níveis de formação, fomentar a capacitação, o intercâmbio e a sistematização de experiências. O nível profissional deve incluir o desenvolvimento de capacidades para a identificação e redução dos custos ambientais e de saúde nos respectivos âmbitos da atividade profissional, especialmente com relação

ao desenho, construção, ocupação do espaço, infraestrutura, maquinário e aparatos, e com os marcos regulatórios. É necessário reformar os sistemas de ciência e tecnologia, para melhorar sua gestão e induzir a inovação e a geração de conhecimento a fim de aumentar a competitividade em setores intensivos em conhecimento, o que permitiria transitar em direção a um desenvolvimento mais sustentável.

10. A visão integrada dos pilares social, econômico e ambiental do desenvolvimento sustentável é a única fórmula que permite avançar em direção ao progresso técnico e ao aumento da produtividade e à erradicação da pobreza e da desigualdade, a fim de satisfazer as necessidades atuais, sem comprometer os recursos e possibilidades das gerações futuras. Para que a integração entre os três pilares seja viável, é indispensável o estabelecimento de uma intensa coordenação entre as autoridades de governo das três esferas, rumo ao objetivo do desenvolvimento ambientalmente sustentável.

NAÇÕES UNIDAS
CEPAL
Ipea – Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada
Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República